

## O problema da Educação Financeira perante a sociedade brasileira e as contribuições da escola para a mudança de realidade das famílias

**Resumo:** O presente artigo busca destacar, com dados estatísticos, a realidade brasileira perante aspectos da Educação Financeira, assim como, apresentar as contribuições que o ambiente escolar pode proporcionar para as crianças e jovens na procura por informações de qualidade referentes à temática. Os apontamentos foram baseados principalmente nas determinações da Base Nacional Comum Curricular. Concluiu-se, que a população necessita de ações que promovam a Educação Financeira de maneira aplicada à realidade e que as instituições de ensino são uma das principais fontes de conhecimento para esse fim. Porém, é necessário o investimento em formação de professores e a elaboração de materiais didáticos de qualidade para o estudo da Educação Financeira nas escolas.

**Palavras-chave:** Educação Financeira. Escola. Endividamento.

### The problem of Financial Education in Brazilian society and the school's contributions to changing the reality of families

**Abstract:** This article seeks to highlight, through statistical data, the Brazilian reality regarding aspects of Financial Education, as well as presenting the contributions that the school environment can provide for children and young people in the search for quality information regarding the topic. The notes were mainly based on the determinations of the Base Nacional Comum Curricular [National Common Curricular Base]. It was concluded that the population needs actions that promote Financial Education in a way that is applied to reality and that educational institutions are one of the main sources of knowledge for this purpose. However, investment in teacher training and the development of quality teaching materials for the study of Financial Education in schools is necessary.

**Keywords:** Financial Education. School. Debt.

### El problema de la Educación Financiera en la sociedad brasileña y las contribuciones de la escuela para cambiar la realidad de las familias

**Resumen:** Este artículo busca resaltar, a través de datos estadísticos, la realidad brasileña en aspectos de Educación Financiera, así como presentar las contribuciones que el ambiente escolar puede brindar a niños y jóvenes en la búsqueda de información de calidad sobre el tema. Las notas se basaron principalmente en las determinaciones de la Base Nacional Comum Curricular [Base Curricular Común Nacional]. Se concluyó que la población necesita acciones que promuevan la Educación Financiera de manera aplicada a la realidad y que las instituciones educativas son una de las principales fuentes de conocimiento para este fin. Sin embargo, es necesaria la inversión en la formación del profesorado y el desarrollo de materiales didáticos de calidad para el estudio de la Educación Financiera en las escuelas.

**Palabras clave:** Educación Financiera. Escuela. Endeudamiento.

## 1 Introdução

Nos últimos anos a temática da Educação Financeira ganhou ainda mais destaque no cenário nacional e foi assunto em constantes discussões no Brasil, tanto em órgãos públicos

**Paola do Prado**

Secretaria de Estado de Educação do  
Rio Grande do Sul  
Marau, RS — Brasil  
 0000-0002-6294-6964  
 paoladoprado16@gmail.com

**Luiz Henrique Ferraz  
Pereira**

Universidade de Passo Fundo  
Passo Fundo, RS — Brasil  
 0000-0002-7787-2849  
 lhp@upf.br

Recebido • 23/02/2024

Aceito • 05/06/2024

Publicado • 20/08/2024

Artigo

como privados, fato esse decorrente da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), além dos alarmantes números divulgados por diferentes pesquisas relacionadas a área da economia como a *Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor* (PEIC) realizada anualmente no Brasil pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo — CNC (CNC, 2024), a qual evidenciou um cenário preocupante quanto a saúde financeira dos brasileiros.

Os números observados em pesquisas como a PEIC (CNC, 2024), a qual apontou que no ano de 2023, 77,8% das famílias brasileiras apresentaram alguma dívida, retratam a necessidade de mudança e evidenciam os costumes facilmente observados no cotidiano dos brasileiros, onde as pessoas fazem a aquisição de bens sem perceber a aplicação de juros abusivos, com pagamento em diversas parcelas, assim como, realizam compras desnecessárias que ocasionam o comprometimento de parte do orçamento mensal, a qual não poderia ter sido utilizada naquele momento, gerando as dívidas.

Além disso, como afirma Silva *et al.* (2020), a maioria das pessoas não possui uma noção adequada de como planejar suas finanças pessoais, o que transforma o endividamento em uma questão delicada, principalmente ao que se refere o consumo em excesso. Assim, fica evidente a necessidade de fornecer informações de qualidade para a população referente à Educação Financeira. Porém, esse conhecimento precisa ser apresentado de forma que faça sentido ao indivíduo e, principalmente, que ele perceba a importância do que está sendo ensinado, além de visualizar a maneira com que conceitos, como orçamento e planejamento financeiro, poderão ser aplicados efetivamente em seu cotidiano. Somente a partir dessa visão, o conhecimento poderá gerar mudanças positivas na realidade da população.

Nessa perspectiva, o campo da Educação torna-se um pretensioso aliado para a disseminação do referido conhecimento. Isso ficou mais evidente após a implementação da Base Nacional Comum Curricular — BNCC (Brasil, 2018), na qual a Educação Financeira tornou-se um dos temas transversais a serem trabalhados nos diferentes componentes curriculares em todas as escolas do país. Em decorrência disso, os profissionais da educação das mais variadas áreas de atuação ganharam a responsabilidade de trabalhar a temática em sala de aula. Por conta disso, esses profissionais necessitam cada vez mais de capacitações e materiais de qualidade que os auxiliem a desenvolver aulas referentes à Educação Financeira de uma maneira que proporcione aos alunos uma aprendizagem contextualizada, ou seja, que eles compreendam a importância do conhecimento que estão adquirindo.

A partir desse contexto, em sala de aula, ideias e discussões acerca da Educação Financeira vem ganhando espaço, permitindo aos professores uma visão realista do nível de conhecimento que os alunos possuem sobre a referida temática e como suas atitudes cotidianas são, ou não, baseadas em conceitos e princípios defendidos no campo da Educação Financeira. A percepção apresentada pelos jovens em relação ao dinheiro e à realização de plano financeiro, muitas vezes reflete a realidade vivenciada em casa, com suas famílias. Com isso, a introdução do estudo de Educação Financeira nas escolas vai muito além de preparar as crianças e os jovens para a vida adulta, mas, também, apresenta-se como um canal de transmissão de informações importantes para as suas famílias.

Nessa perspectiva, o presente artigo busca dialogar sobre a situação vivenciada pelos brasileiros perante sua relação com as finanças, realizar um levantamento das iniciativas já propostas pelo governo brasileiro buscando alterar essa realidade, além de analisar como as escolas podem contribuir nessa disseminação de conhecimento referente à Educação Financeira. Com isso, poder perceber o que ainda pode ser feito para acelerar o processo de propagação do conhecimento pelo país.

## 2 A Educação Financeira e a realidade da população brasileira

Como já retratado anteriormente, a população brasileira enfrenta problemas com suas finanças há anos. Para exemplificar tal situação, a pesquisa realizada pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban), no ano de 2022, expõe dados referentes à saúde financeira dos brasileiros. A pesquisa indica que, comparados aos resultados obtidos em 2020, houve uma piora, além de mostrar também que ocorreu um aumento da procura por serviços de crédito e que 34,2% dos entrevistados afirmaram gastar mais do que ganham.

Ainda buscando levantar informações que retratam a real situação da população do país acerca do dinheiro, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) divulgou os dados analisados pela *Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor* — PEIC (CNC, 2024), que buscou avaliar o perfil de endividamento dos brasileiros referente a 2023. Os dados divulgados neste relatório apontam que o número de pessoas endividadas no país é de oito em cada dez. A mesma pesquisa apurou as principais formas de obtenção de crédito utilizadas pela população brasileira; com disparada preferência, encontra-se o cartão de crédito, seguido pelos carnês, crédito pessoal e os financiamentos.

Em decorrência da majoritária procura pelo cartão de crédito, esse aparece nos dados da PEIC (CNC, 2024), como responsável por 87,2% das dívidas adquiridas nessa modalidade, situação proveniente da facilidade de aquisição e utilização do cartão. Porém, essa realidade é consequência de ações realizadas no país há décadas, as quais modificaram o acesso da população ao crédito.

Nesse cenário, segundo Souza (2019), a partir de 1990 ocorreu uma expansão no Brasil em relação ao número de crédito liberado para pessoas físicas, sendo que a maior parte foi para a população de baixa renda. Esse aumento na facilidade de obtenção de crédito foi um dos contribuintes para o crescimento do número de endividados no país.

Ao analisar essa perspectiva, percebemos que o “crédito rotativo do cartão de crédito é uma armadilha que aprisionou os consumidores de rendas mais modestas, sendo que essa estratégia faz parte da política dos grandes bancos” (Ribeiro e Lara, 2016, p. 347). Essa situação, levou pessoas que recebiam salários modestos e que não possuíam o conhecimento necessário acerca das reais condições da aquisição do cartão de crédito, a acreditar que esta seria uma boa opção para auxiliar na melhora da sua situação financeira pessoal ou familiar e, ao final, acabaram por adquirir mais dívidas, devido à má gestão do cartão.

Percebemos que a acessibilidade ao crédito no Brasil foi facilitada há muitos anos, atitude que acabou por difundir o cartão de crédito no país, tornando-o uma das modalidades de pagamento mais utilizadas pela população (CNC, 2024). Entretanto, o que preocupa nesse cenário é a falta de percepção da população sobre as altas taxas de juros aplicadas, uma vez que “o comprometimento do orçamento das famílias com as dívidas tem aumentado, sobretudo, em função da falsa percepção sobre as vantagens do parcelamento das compras. Muitos consumidores não percebem os altos juros que estão embutidos nas prestações” (Ribeiro e Lara, 2016, p. 351).

Considerando esses aspectos, observamos com inquietação os dados apresentados no mesmo relatório da CNC, proveniente da PEIC (CNC, 2024), no qual é apontado que no ano de 2023, em relação ao cartão de crédito, em média, os juros do crédito rotativo ficaram em 434,4% a.a. e os juros nas modalidades de parcelamento foram de 195,2% a.a., os quais são números considerados bem expressivos para não serem notados pelos consumidores. Todavia, para que os usuários do cartão de crédito tomem consciência frente ao seu funcionamento e as taxas de juros pagas, a Educação Financeira é indispensável. Somente com conhecimento será

possível uma mudança de cultura frente ao cartão de crédito, além de uma visão consciente dos brasileiros quanto às suas finanças.

Os fatos apresentados anteriormente nos permitem ter a percepção da vulnerabilidade vivenciada pela população brasileira frente ao cartão de crédito. Tal situação evidencia, pelas entrelinhas, as dificuldades enfrentadas pelos brasileiros na resolução das suas situações financeira cotidianas. Além disso, percebemos haver uma fragilidade das pessoas para passar por emergência financeira, uma vez que não possuem organização nem reservas monetárias para o enfrentamento de imprevistos.

Considerando tais apontamentos, verificamos que os brasileiros possuem pouquíssimo controle sobre suas finanças, fato explicitado pelos dados apresentados anteriormente. Porém, recentemente outra situação contribuiu para agravar ainda mais a crise financeira das famílias brasileiras que já não possuíam suas finanças sólidas e organizadas.

A ocorrência da pandemia causada pelo Covid-19 e as alterações que essa trouxe para o cotidiano do mundo, inclusive do Brasil, com a repentina necessidade de isolamento social, bem como a parada do mercado de trabalho, acarretou “uma redução da atividade econômica no país e, por conseguinte, uma queda na renda da população” (Pereira, 2022, p. 18). A instabilidade presente nesse período, afetou diretamente a situação financeira dos indivíduos de um modo geral, uma vez que, “pela primeira vez em 10 anos, o número de famílias de maior renda endividadas com cartão de crédito é maior comparado ao número de famílias de menor renda” (Pereira, 2022, p. 19). Entretanto, o que diferenciou a população nesse momento, foi a organização financeira para superar esse período de dificuldades.

Mas o que fica explícito com os dados é que os números de famílias brasileiras endividadas que já eram altos antes da pandemia, só cresceram após ela, como apresenta o gráfico da Figura 1, publicado pelo canal de notícias BBC, com os dados provenientes da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

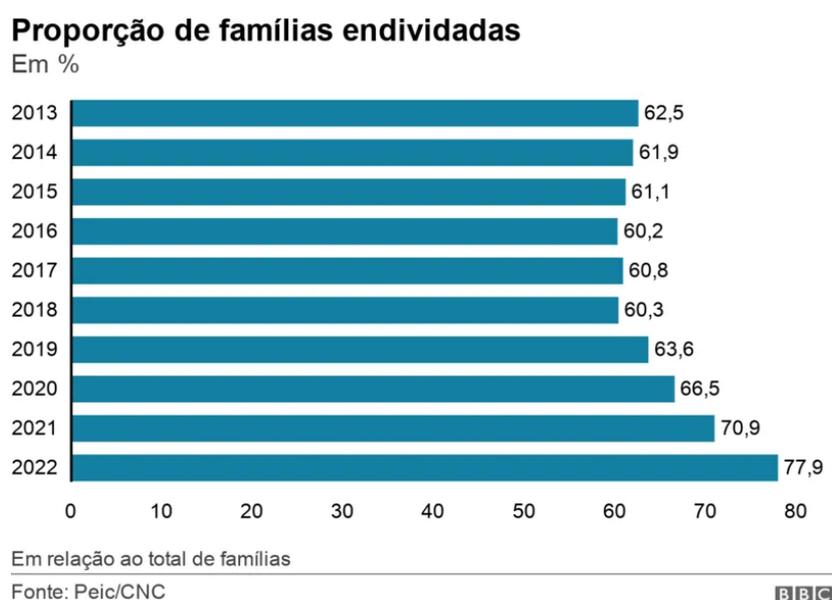


Figura 1: Proporção de famílias brasileiras endividadas (Carranço, 2023<sup>1</sup>)

Frente à realidade apresentada, podemos observar que o aumento de famílias

<sup>1</sup> CARRANÇO, Thais. *Brasil bate recorde de endividadas: 'Com nome sujo, a gente não é nada'*. BBC News Brasil, 16 fev. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c257e50r9rlo>

endividadas foi bem significativo, ao ser comparado com os dados de anos anteriores à ocorrência da pandemia. Confirmando assim que os brasileiros possuíam pouco ou nenhum controle sobre suas finanças e que, quando uma situação inesperada ocorreu, afetando diretamente seus orçamentos, os resultados foram negativos. Para tal, fica evidente a necessidade de promover iniciativas que busquem auxiliar a população quanto ao entendimento acerca do planejamento financeiro para então, melhorar sua realidade.

Assim, apuramos que diversas iniciativas já foram lançadas durante os últimos anos, tanto por órgãos governamentais, como por empresas ligadas ao setor de Economia, todas com a finalidade de disseminar conhecimentos sobre Educação Financeira e, assim, iniciar uma redução dos graves números divulgados anualmente sobre o aumento das pessoas endividadas no país. Uma dessas iniciativas é a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), criada em 2010 pelo Decreto Federal n. 7.397 e renovada pelo Decreto Federal n. 10.393, de 9 de junho de 2020, a qual, segundo o texto original, tem por finalidade “promover a educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no País” (Brasil, 2020).

Aliado à ENEF, no mesmo decreto, foi instituído o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), o qual foi criado com o objetivo de:

- I. implementar e estabelecer os princípios da ENEF;
- II. divulgar as ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal propostas por seus membros, por outros órgãos e entidades públicas ou por instituições privadas;
- III. compartilhar as informações sobre as ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal produzidas pelos órgãos e entidades representados, para identificar as oportunidades de articulação; e
- IV. promover a interlocução entre os órgãos ou as entidades públicas e as instituições privadas para estimular e, sempre que possível, integrar as ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal. (Brasil, 2020)

Sendo assim, o FBEF organiza as ações da Estratégia Nacional de Educação Financeira, sendo composto por oito órgãos e entidades: o Banco Central do Brasil; a Comissão de Valores Mobiliários; a Superintendência de Seguros Privados; a Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia; a Secretaria de Previdência da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia; a Superintendência Nacional de Previdência Complementar; a Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública; e o Ministério da Educação. Atualmente, o FBEF é presidido pelo Banco Central.

As ações desenvolvidas pela ENEF podem ser separadas em duas modalidades, as chamadas de *transversais*, que perpassam vários setores e são organizadas pelo FBEF e as ações *setoriais*, essas desenvolvidas de forma separada por cada um dos membros do FBEF, seguindo sempre as determinações principais da estratégia. Todavia, todas as ações devem ser voltadas para a informação, orientação e formação da população brasileira frente a Educação Financeira, além disso, precisam ser disponibilizadas de forma gratuita.

Uma das iniciativas da FBEF é a Semana Nacional da Educação Financeira (SENEF), que como destacado em seu site, busca promover diversas ações de educação financeira pelo país, sendo que tal iniciativa acontece de forma anual desde 2014. Nessa Semana, diversas instituições promovem atividades, sejam elas palestras, cursos, campanhas ou outras formas de disseminação de informações referentes à Educação Financeira para a população brasileira.

Segundo balanço realizado pelo FBEF referentes às SENEf promovidas nos anos de 2022 e 2023, em todo o território nacional foram realizadas 8644 iniciativas, sendo que 6879 foram realizadas apenas na SENEf do ano de 2023, mostrando um crescimento considerável no número de cooperativas, empresas e pessoas engajadas na campanha<sup>2</sup>. Como resultado disso, foi apontado pelo mesmo balanço da FBEF, que cerca de 100 milhões de pessoas foram alcançadas nesses dois anos de realização da Semana.

Além dessa iniciativa, a ENEf lançou o Programa Educação Financeira na Escola com o objetivo de amparar a formação de professores da Educação Básica para o ensino de Educação Financeira. Também criou o Programa Educação Financeira de Adultos, voltado inicialmente para mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família e aposentados com renda de 1 a 2 salários-mínimos.

Entretanto, por mais que as ações já realizadas possuam validade e tenham alcançado uma parte considerável da população do país, os números de endividamento dos brasileiros ainda são preocupantes, pois não apresentaram queda significativa nas pesquisas.

A causa disso pode ser proveniente de vários fatores, entre eles a questão de que as informações podem não conseguir alcançar de forma significativa e eficaz a população que realmente está necessitada de orientação sobre a temática em destaque, ou até mesmo pela maneira com que essa informação chega às pessoas. Isto é, para que conceitos de Educação Financeira sejam implementados efetivamente no cotidiano das pessoas, é preciso que elas compreendam claramente do que se trata e como utilizá-los. Assim, acreditamos que apenas propagandas em meios de comunicação, frisando a importância de um plano financeiro ou folhetos apresentando os cuidados com o cartão de crédito, não são suficientes.

Considerando as informações apresentadas, percebemos que outras estratégias e ações precisam ser desenvolvidas no país a fim de orientar a população quanto à administração segura do dinheiro, assim como, alternativas para sair do endividamento. Nesse sentido, na tentativa de diminuir os índices de pessoas endividadas, o governo federal lançou, no ano de 2023, o Programa Desenrola Brasil, o qual possui a finalidade de renegociação de dívidas da população negativada<sup>3</sup>. Esse processo é feito de forma digital, buscando facilitar o acesso de todos ao serviço e agilizar as negociações.

Entretanto, como já destacado anteriormente, somente a renegociação das dívidas não é suficiente para a mudança da realidade da população brasileira. Faz-se necessário, também, a educação das pessoas para que não repitam o ciclo do endividamento novamente e, também, para que possam adquirir hábitos e informações corretas. Dessa forma, seja possível orientar pessoas próximas, assim como a população mais nova do país de maneira consciente, evitando que as novas gerações sigam o mesmo caminho de endividamento que seus pais ou responsáveis.

Quando analisamos o número de famílias brasileiras endividadas, é preciso ter a sensibilidade de perceber que as crianças e jovens do país, que serão os responsáveis pelo futuro do Brasil, estão crescendo dentro de uma realidade onde o que eles vivenciam são pais endividadados, que trabalham o mês todo para tentar dar conta do pagamento de todas as despesas e que, em muitos casos, não possuem instrução acerca de planejamento e organização financeira.

---

<sup>2</sup> Conforme matéria publicada no site da Semana, disponível em <https://www.gov.br/semanaenef/pt-br/fbef-divulga-relatorio-com-balanco-da-semana-nacional-de-educacao-financeira>.

<sup>3</sup> Consideramos como população negativada aquelas pessoas que possuem dívidas pendentes e, em decorrência disso, estão inscritos no cadastro de inadimplentes.

Essa realidade, juntamente com alguns outros fatores que estão na realidade dos jovens, pode os conduzir a replicar um caminho similar ao que vivenciaram em seus domicílios, uma vez que, como afirmam Drummond e Drummond Filho (1998), as famílias possuem um papel significativo na constituição do indivíduo, influenciando na determinação da personalidade, assim como exercem significativa influência no comportamento individual com vivências educativas tomadas no ambiente familiar. Dessa forma, esse ciclo precisa ser interrompido e a melhor alternativa para tal fato é proporcionar aos jovens brasileiros conhecimento suficiente sobre Educação Financeira, que oportunize a eles a capacidade de administrar seu dinheiro com responsabilidade.

Porém, medidas precisam ser tomadas rapidamente, uma vez que uma parcela dos jovens brasileiros já apresenta problemas com sua vida financeira, fato este resultante do contexto vivido atualmente, em que “o jovem se depara com inúmeras possibilidades de compra, seja por meio virtual ou físico. Condições de pagamento, lançamento de produtos, sistema de entrega, status, impacto da mídia, experiências de compra e grupos de referência [...]” (Minella *et al.*, 2017, p. 183). Todos esses fatores, adicionados à falta de orientação acerca da Educação Financeira, deixam a população jovem do Brasil vulnerável ao descontrole financeiro.

Como reflexo disso, há os dados do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), divulgados no final de 2022, os quais indicam que 19% dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos estavam endividados. Ainda nessa pesquisa, foi constatado que 75% das pessoas com idade entre 18 e 30 anos não possuía o costume de fazer o controle dos seus gastos<sup>4</sup>.

O fato de a população brasileira mais jovem não possuir o costume de realizar mensalmente o controle dos seus gastos faz com que a percepção do endividamento se torne mais difícil de acontecer, pois “a maioria dos jovens não identifica seu grau de endividamento como um problema, o que permite que muitos ainda venham a contrair dívidas, se a oferta de crédito assim permitir” (Minella *et al.*, 2017, p. 183). Dessa forma, justifica-se a implementação efetiva no currículo das escolas brasileiras o estudo sobre Educação Financeira, em todos os níveis de ensino, para que as crianças já cresçam com conhecimento referente à temática e tornem-se adultos conscientes.

Entretanto, esse estudo precisa ser feito a partir de um olhar sensível do professor; ele precisa considerar a realidade da comunidade em que os jovens estão inseridos, ensinando a Educação Financeira contextualizada às demandas presentes no cotidiano dos alunos.

### **3 A Educação Financeira no contexto escolar**

Considerando o contexto apresentado, no que diz respeito aos jovens brasileiros, observa-se que é necessário proporcionar a eles conhecimentos referentes à Educação Financeira desde criança, para que possam chegar à vida adulta com consciência financeira para a tomada de decisões acerca do dinheiro. Ações nesse sentido possibilitam a constituição de uma população informada, com possibilidade de mudar os números de endividados no país.

Perante a isso, o contexto escolar é uma alternativa potencial para a abordagem da Educação Financeira por se tratar de um ambiente propício para discussões de informações de qualidade voltadas à temática. Além disso, possibilita uma interação entre os próprios alunos, que trazem consigo contextos distintos, podendo compartilhar suas experiências e proporcionar aos colegas reflexões sobre a relação do dinheiro com o contexto social em que estão inseridos,

---

<sup>4</sup> Conforme reportagem do portal G1, publicada em 18 nov. 2022, disponível em <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2022/11/18/educacao-financeira-numero-de-jovens-inadimplentes-no-brasil-e-preocupante.ghtml>.

percebendo diferentes visões de mundo.

Essa reflexão acerca da relação das finanças, associada ao contexto social, se faz necessária. Como afirma Freire (1996), é preciso respeitar a leitura de mundo dos estudantes, ou seja, ter a percepção de que eles chegam à escola com diferentes vivências, as quais devem ser consideradas durante os processos de ensino e de aprendizagem. Nesse cenário, o professor tem o papel de conduzir os alunos a observar e refletir não somente sobre a sua realidade, como também, sobre outras, proporcionando a eles novas concepções que podem agregar para a mudança de pensamento em relação ao campo financeiro.

A partir do momento que o professor concede espaço para que o aluno faça uso de sua fala, permite que ele apresente demandas particulares percebidas dentro da própria realidade. Dessa forma, o professor tem a possibilidade de desenvolver um trabalho direcionado às reais demandas dos alunos em relação ao assunto em questão. Esse tipo de abordagem garante uma aprendizagem voltada ao aluno, visto que são temas do seu interesse e aplicáveis em seu contexto social.

Nessa perspectiva, percebemos, ao analisar os documentos que norteiam a educação brasileira, que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, aponta em seu texto que a educação deve “vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (Brasil, 1996). Além disso, seguindo essa proposta, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), juntamente com a LDB, quanto ao Ensino Médio, indicavam que trata-se da “etapa final da educação básica” (Brasil, 1996) e que para esse momento, os alunos devem ter a oportunidade de aprofundar os conteúdos desenvolvidos até então no Ensino Fundamental, mas também, “garantir a preparação básica para o trabalho e a cidadania” (Brasil, 2000, p. 9). Essas afirmações abrem espaço para o professor discutir em sala de aula questões voltadas ao âmbito social, como, por exemplo, os problemas enfrentados pela população brasileira relacionados ao dinheiro.

Considerando tais apontamentos, é perceptível que os documentos que norteiam a educação no Brasil apontam que ela deve ser desenvolvida buscando preparar os jovens para a cidadania, possibilitando a eles refletir sobre o contexto em que estão inseridos e os problemas sociais que os cercam.

Com a finalidade de enfatizar ainda mais essa vertente da discussão de assuntos sociais no âmbito escolar, a BNCC (Brasil, 2018) além de reformular a educação brasileira, reorganizando o currículo e apresentando uma proposta de desenvolvimento de habilidades e competências, também reforçou o que já vinha sendo proposto pelos PCN, ou seja, reafirmou a necessidade de discussões, no cotidiano escolar, acerca de temáticas sociais, as quais receberam a denominação de Temas Contemporâneos Transversais (TCT).

Os Temas Transversais já haviam sido recomendados inicialmente pelos PCN, os quais eram: saúde, ética, orientação sexual, pluralidade cultural, meio ambiente e trabalho e consumo. Porém, nesse documento, por seu caráter flexível, não era obrigatório a contemplação desses temas no currículo escolar.

Entretanto, na BNCC, os Temas Contemporâneos Transversais devem estar contidos no currículo e trabalhados em todas as componentes curriculares, buscando gerar discussões em variados contextos, a fim de preparar os estudantes para serem cidadãos informados e capazes de tomar decisões conscientes nos mais diversos âmbitos da vida adulta. Além disso, os Temas Contemporâneos Transversais foram ampliados para seis macroáreas temáticas: Cidadania e Civismo, Ciência e Tecnologia, Economia, Meio Ambiente, Multiculturalismo e Saúde. Dentro das macroáreas, foram estruturados 15 temas e, dentre eles, está a Educação Financeira.

A partir dessa determinação, a Educação Financeira ganhou maior destaque na Educação Básica brasileira, tornando possível um trabalho efetivo a fim de preparar os jovens para a tomada de decisões conscientes referentes à sua vida financeira e de sua família. Visto que, ao ser considerado como um tema transversal, determina que sua abordagem seja realizada em todas as disciplinas do currículo, abrindo uma gama maior de possibilidades de discussões, pois será pensado em diferentes perspectivas, dependendo do campo de abordagem de cada disciplina.

Além disso, ainda nas determinações da BNCC (Brasil, 2018), há a criação dos itinerários formativos, que segundo o próprio documento, são a parte flexível do currículo do Ensino Médio, ou seja, são disciplinas que aprofundam alguma das áreas do conhecimento, dependendo da realidade da escola e demanda dos alunos. Sendo assim, os itinerários formativos são de escolha do estudante, que além dos componentes curriculares obrigatórios para a formação básica, terão a oportunidade de estudar de forma mais aprofundada a temática pela qual optaram.

Dessa forma, essa flexibilidade no currículo possibilita ao aluno o estudo de temáticas que anteriormente não estavam presentes nas escolas ou que eram trabalhadas de maneira superficial devido à falta de tempo. Nesse cenário, a Educação Financeira ganha ainda mais espaço para ser abordada nessa etapa do ensino, uma vez que pode se transformar em um itinerário formativo oferecido pela escola, caso seja de interesse dos alunos.

Realidade já encontrada, por exemplo, nas escolas estaduais de Ensino Médio do Rio Grande do Sul, onde o itinerário formativo de Educação Financeira foi ofertado pelo segundo ano consecutivo, alinhado com as outras áreas do conhecimento. No ano de 2023, essa temática foi desenvolvida a partir de três itinerários diferentes, cada um voltado a uma abordagem distinta, sendo eles: Educação Financeira e Linguagens Aplicadas; Educação Financeira e Desenvolvimento Sustentável; e Educação Financeira e Relações Sociais.

Já no ano de 2024, com a finalidade de melhor desenvolver os itinerários formativos no Ensino Médio, a quantidade de opções ofertadas foi menor, assim, para a área da Matemática e suas tecnologias foram desenvolvidos os itinerários de Educação Financeira e Linguagens Aplicadas e o de Educação Financeira e Desenvolvimento Sustentável. Esses estiveram presentes em dezenas de escolas em diferentes municípios do estado, como mostra o mapa apresentado no site destinado exclusivamente ao Ensino Médio Gaúcho (Figura 2).

Além disso, outras iniciativas foram realizadas pelo país a fim de aproximar as crianças e os jovens da Educação Financeira. Uma ação recente nesse âmbito ocorreu no estado de São Paulo, que aprovou em 12 de setembro de 2023 a Lei 17.743, a qual criou o Programa Jovem Paulista, que visa à implementação de conteúdos de finanças e empreendedorismo nas escolas de Ensino Médio. Como prevê o artigo 3º da Lei,

o conteúdo do programa será ministrado em aulas de disciplinas regulares de ensino formal, à distância, contratuais ou projetos de temas transversais, desde que o conteúdo proporcione aos alunos o desenvolvimento de competências para entender noções de gestão e de finanças, em conformidade com as exigências atuais em grau de competitividade no mercado, conhecimentos em inovação, planejamento financeiro e participação em mercados de capitais e investimentos financeiros. (São Paulo, 2023)

Assim, as escolas estaduais de São Paulo precisaram implementar em seu currículo o estudo de Educação Financeira em todo o Ensino Médio, entretanto, a Lei possibilita a

flexibilidade para ajustar sua implementação da forma que melhor se adapte à realidade de cada escola, possibilitando que esse trabalho seja estruturado com a finalidade de atingir os alunos com a máxima eficiência.

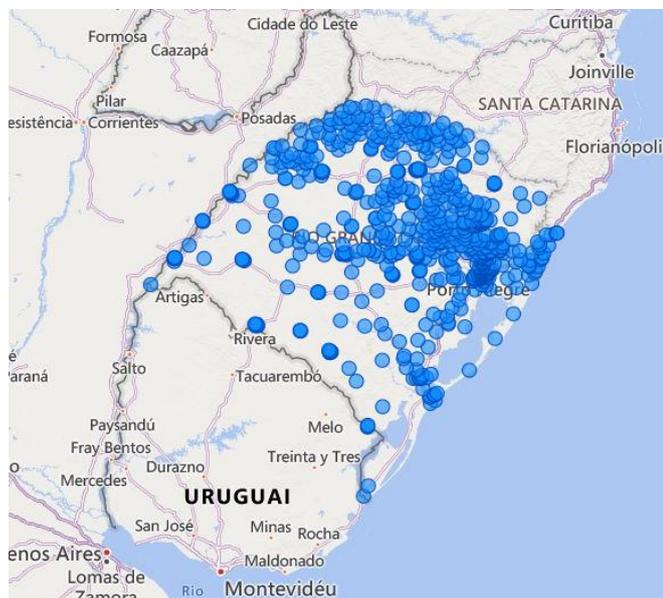


Figura 2: Oferta dos Itinerários Formativos de Educação Financeira no estado do Rio Grande do Sul (Ensino Médio Gaúcho, 2024<sup>5</sup>)

Considerando essas iniciativas, percebemos um movimento cada vez maior para a implementação da Educação Financeira nos anos finais da Educação Básica, uma vez que

a Educação Financeira transcende o estudo de tópicos de Matemática Financeira, pois desempenha um papel importante na formação dos estudantes do Ensino Médio, preparando-os para tomar decisões financeiras conscientes, lidar com os desafios do mundo contemporâneo e construir um futuro financeiro sólido. (Navarro e Silva, 2023, p. 3)

Nesse contexto, percebemos que a Educação Financeira está firmando-se no ambiente escolar, possibilitando aos alunos contato direto com reflexões ligadas a ela. Entretanto, para que as aulas desenvolvidas na escola, levando a referida temática como destaque, sejam realmente significativas para os alunos, é necessário um movimento da comunidade escolar na busca por proporcionar um ambiente de aprendizagem com informações atualizadas e conhecimentos pertinentes ao seu contexto social.

A Educação Financeira trabalhada nas escolas não pode ser proveniente da padronização que existe sobre ela, surgindo a concepção de que a Educação Financeira pode ser aplicada em qualquer realidade e para todas as pessoas, como destacam Moraes e Freitas (2021). Além disso, é necessário apresentar aos alunos a temática a partir de uma visão ampla, que os prepare não apenas para gerir sua vida financeira atual, mas que oportunize a eles desenvolver mecanismos para enfrentar as diferentes situações financeiras com as quais poderão se deparar durante a vida.

Porém, para que isso realmente se efetive, além dos órgãos governamentais instituírem o estudo de Educação Financeira nas escolas, é importante que promovam capacitação aos

<sup>5</sup> Conforme publicação no site <https://ensinomediogaicho.educacao.rs.gov.br>

professores ligados, diretamente, com a implementação dessa temática em sala de aula, além de disponibilizar materiais de qualidade que possam nortear o trabalho deles.

Esse olhar para os profissionais da educação, envolvidos nesse processo, torna-se indispensável, visto que o contato que eles tiveram com a Educação Financeira é baseado em suas vivências e particularidades, com exceção de casos específicos que em algum momento da sua carreira se especializaram nesse campo. Porém, muitas vezes até mesmo os professores da área de Matemática, a qual assemelha-se mais com a temática, não possuem formação adequada durante sua graduação para trabalhar com a Educação Financeira. Isso realça a necessidade de formação de professores para o trabalho com a Educação Financeira.

Entretanto, para que essa iniciativa produza efeitos positivos no trabalho desenvolvido pelos professores em sala de aula, é necessário que seja oferecida uma “formação que se aproxima da escola e que tenha como ponto de partida os problemas advindos do contexto de trabalho dos professores” (Marmitt e Bonotto, 2020, p. 5).

Considerando tais apontamentos, percebemos que iniciativas como o Programa Educação Financeira nas Escolas, já destacado anteriormente, como sendo uma das ações da ENEF, precisa ser repensada. Por mais que esse Programa seja desenvolvido de forma online e gratuita, facilitando o acesso dos professores ao curso, ainda assim é desenvolvido de uma maneira muito fechada, contemplando temas gerais, que para alguns contextos podem ser aplicáveis; todavia, não condiz com a realidade de todos os educadores brasileiros.

Nesse sentido, acreditamos que a formação de professores precisa ser feita objetivando principalmente o preparo dos profissionais para o trabalho específico dentro de sua realidade, pois o professor não poderá ensinar com domínio algo que não pratica efetivamente em seu cotidiano. Assim, ao formar os professores com assuntos e abordagens coerentes com o contexto social presente na comunidade escolar, o trabalho a ser desenvolvido pelo professor será de maior qualidade e obterá o resultado esperado.

Quanto aos materiais didáticos voltados à implementação da Educação Financeira nas escolas, acreditamos ser necessário seguir o mesmo pressuposto da formação de professores. Faz-se necessária a criação de propostas didáticas que possam ser de fácil adaptação aos diversos contextos presentes no país. Isto é, precisam ser atividades implementáveis a diferentes estruturas físicas e sociais, além da possibilidade de adaptação dos materiais e equipamentos necessários para sua realização, devido ao fato de vivermos em um país plural, onde dentro de uma mesma região encontramos realidades totalmente diferentes.

Sendo assim, percebemos que a inserção da Educação Financeira no âmbito escolar de uma maneira que faça realmente sentido aos alunos, trata de uma sequência na qual, primeiramente, o Estado precisa disponibilizar formações para a qualificação adequada dos professores, para que esses possam, em seguida, estruturar aulas com atividades adaptadas ao contexto dos estudantes e que mostrem a eles a importância e aplicabilidade da Educação Financeira. Isso possibilita que os alunos tenham à disposição informações significativas e que proporcionem a eles uma visão diferenciada em relação às finanças.

#### **4 Considerações Finais**

Diante do exposto até aqui, observamos que o Brasil vive uma crescente necessidade por informações de qualidade acerca da Educação Financeira, isso fica explícito ao serem analisados os números divulgados ano após ano. Essa necessidade ficou ainda mais evidente após a pandemia causada pelo Covid-19, pois esse foi um momento de mudanças bruscas em todos os ramos, inclusive no mercado de trabalho e na economia do país, evidenciando a falta

de controle financeiro dos brasileiros.

Com isso, percebemos que a escola pode ser uma forte aliada nesse cenário de fornecimento de informações, por possuir contato direto com uma parcela da população do país, isto é, as crianças e os jovens brasileiros. Além disso, o trabalho referente a essa temática tornou-se uma obrigação das escolas, isso porque a BNCC trata esse como um dos temas transversais da Educação Básica. Além disso, alguns estados brasileiros tomaram medidas próprias para fortalecer o acesso dos jovens à Educação Financeira dentro das instituições de ensino.

Sendo assim, é importante que os professores estejam preparados para trabalhar com maestria e domínio os conceitos ligados a Educação Financeira, buscando repassar aos estudantes conhecimentos aplicáveis em seus cotidianos, possibilitando que essas crianças e jovens sejam a porta de entrada de informações coerentes para nortear uma possível mudança de hábitos em suas famílias.

Porém, para que os alunos se interessem pela Educação Financeira e possam transmitir esse conhecimento a outras pessoas, torna-se necessário que eles percebam as vantagens que isso pode proporcionar na vida financeira deles.

A formação dos professores é o primeiro passo para alcançar esse objetivo, pois são eles os responsáveis pela formação dos estudantes frente à Educação Financeira. Porém, essa formação precisa ser estruturada a partir das particularidades de cada realidade brasileira, aproximando-se efetivamente do fazer pedagógico dos professores e problematizando o próprio contexto social da comunidade escolar.

Dessa forma, percebemos que a Educação Financeira já é uma realidade das escolas brasileiras, amparada por meios legais. Com isso, torna-se indispensável o investimento no trabalho sobre essa temática, tanto de órgãos públicos, fornecendo a estrutura e formação necessária para os profissionais, quanto dos professores, destinando seu tempo ao aprendizado de novos conceitos para o desenvolvimento do trabalho em sala de aula.

## Referências

BRASIL. [Decreto n. 10.393, de 9 de junho de 2020](#). Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira — ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira — FBEF. Brasília: Diário Oficial da União, 10 jun. 2020.

BRASIL. [Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. [Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio: Bases Legais](#). Brasília: MEC 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. [Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio](#). Brasília: MEC/SEB, 2018.

CNC — Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. [Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor \(PEIC\): Perfil do endividamento anual 2023](#). Brasília: CNC, 11 de jan. 2024.

DRUMMOND, Marina Canal Caetano; DRUMMOND FILHO, Hélio Caetano. *Drogas: a busca de respostas*. São Paulo: Loyola, 1998.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MARMITT, Rosi Kelly Regina; BONOTTO, Danusa de Lara. *Modelagem Matemática na Educação Matemática e formação continuada de professores: caminhos para o desenvolvimento profissional*. *Educação Matemática Debate*, v. 4, n. 10, p. 1-24, 2020. <https://doi.org/10.46551/emd.e202019>

MINELLA, João Marcos; BERTOSSO, Henrique; PAULI, Jandir; DALLA CORTE, Vitor Francisco. *A influência do materialismo, Educação Financeira e valor atribuído ao dinheiro na propensão ao endividamento de jovens*. *Gestão e Planejamento*, v. 18, p. 182-201, 2017.

MORAES, Flávia Aparecida de; FREITAS, Carlos Cesar Garcia. *Curso de Educação Financeira Escolar: produto educacional para a formação de professores*. *Em Teia*, v. 12, n. 2, p. 1-28, 2021. <https://doi.org/10.51359/2177-9309.2021.249593>

NAVARRO, Gabriela Ferreira Gonçalves; SILVA, Jhone Caldeira. *Uma abordagem da Educação Financeira associada à prática docente na 3ª série do Ensino Médio*. *Educação Matemática Debate*, v. 7, n. 13, p. 1-21, 2023. <https://doi.org/10.46551/emd.v7n13a24>

PEREIRA, Paloma Ayllin Maria. *O endividamento das famílias brasileiras frente à pandemia da Covid-19*. 2022. 39f. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas). Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana.

RIBEIRO, Rodrigo Fernandes. LARA, Ricardo. *O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório*. *Serviço Social e Sociedade*, n. 126, p. 340-359, maio/ago. 2016. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.072>

SÃO PAULO (Estado). *Lei n. 17.743, de 12 de setembro de 2023*. Dispõe sobre a criação do Programa Jovem Paulista que promove fundamentos de finanças e empreendedorismo no âmbito das Escolas do Ensino Médio Estaduais vinculadas à Secretaria da Educação. São Paulo, Assessoria Técnico-Legislativa, 12 set. 2023.

SILVA, Adriana Cristina; SOUZA, Iracema Caproni de; BUENO, Miriam Pinheiro; ALMEIDA, Antônio Leonardo de; SILVA, Rodrigo Henrique. *Qualidade de vida e endividamento*. *Desafio Online*, v. 8, n. 2, maio/ago. 2020.

SOUZA, Árion Pedro de. *Expansão de crédito e o endividamento das famílias brasileiras*. 2019. 40f. Monografia (Bacharelado em Gestão Pública). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.